

O texto destaca sentidos do urbano associados a representações do corpo, enfatizando os seus potenciais vínculos com a arquitetura e a apropriação simbólica do espaço herdado. Como norte analítico, propõe a experiência urbana estimulada pelo capital financeiro, que sustenta o predomínio da imagem sobre o discurso; acelera disputas em torno da informação; garante a centralidade da moda como emissora de valores; introduz especializações profissionais e saberes técnicos na projeção, quase paradigmática, de presenças sociais na cena urbana. O destaque de alguns destes processos permite o reconhecimento da reflexividade que condiciona, atualmente, tanto as práticas de consumo quanto o protesto urbano.

“Não vês as folhas das árvores, Aurel? Não vês que ainda há um mundo ao redor de nós? Se o que vês a olho nú não te agrada, podes cegar-te. Embora, para mim, isso seria o mesmo que blasfêmia” (Jostein Gaadner, p. 152).

Breve introdução

A hegemonia do capital financeiro, na atual fase do capitalismo, encontra-se articulada a transformações no ritmo da vida urbana, na composição das atividades econômicas, nos códigos de conduta, nos agenciamentos da sociabilidade, nas percepções da saúde e da doença e, com especial intensidade, nas representações do belo. Como reconhecido por tantos analistas, acentuaram-se, nas últimas décadas, o individualismo e o consumismo, ao mesmo tempo em que mudanças nos mecanismos de convencimento e coerção, que sustentam a hegemonia econômica e política (Macchiocchi, 1976), alteraram a percepção do corpo, inscrevendo-se em leituras da experiência urbana.

A crise de acumulação dos anos 70 materializou-se como crise urbana, trazendo a dissolução de códigos comportamentais, expectativas coletivas e formas de sociabilidade. As saídas para estas duas crises, que conformam um único conjunto de mudanças nas relações sociedade - espaço, foram encontradas num produtivismo comandado pelo capital financeiro. As exigências da nova acumulação urbana, apoiada no empreendedorismo e numa eficácia milimetricamente controlada, tem sido satisfeitas em segmentos escolhidos do espaço herdado e destiladas no tecido social, envolvendo a memória, os projetos individuais e o desejo.

¹ Este texto foi originalmente publicado no número especial *Resistências em espaços opacos* do Caderno PPGAU- FAUFBA.

A conquista de adesão social para o cumprimento das exigências da nova produção recorre a elementos fornecidos pela ciência e pela técnica, retrabalhados numa espécie de estética mercantil, cujos produtos encontram-se aparentemente ao alcance de todos e cujas metas são sempre deslocadas para novos objetivos, produtos e serviços. Com a esforço dedicado a esta conquista, a dominação exercida pelo capital financeiro oculta-se sob um exuberante trabalho imagético, permitido pelas técnicas de informação e comunicação, e sob um encantamento difuso pelo espetáculo da vida urbana, pela natureza – quando associada à tecnidade – e, por fim, pelo próprio corpo.

Este é um encantamento racionalmente implementado, que procura conduzir (e reter) o radical desencantamento trazido pela gestão de conteúdos da modernidade (Marramao, 1997). A nova produção e, logo, a nova acumulação urbana baseiam-se na incessante busca por oportunidades de lucro excepcional, na administração da reprodução social – disputando papéis com o Estado e instituições tradicionais – e na administração de todos os ângulos da vida diária, como exemplificam a compra de alimentos a crédito e as clientela exclusivas das farmácias organizadas em rede. Concretamente, a hegemonia do capital financeiro tem sido garantida pela manipulação do consumo e pela creditização da relação produtor-consumidor e da relação habitante-cidade.

Entre esses processos, destacam-se os relacionados à saúde e ao embelezamento, reais fronts do ajuste do corpo às rotinas exigidas pela produção da riqueza. A inculcação do individualismo e do consumismo procura introduzir o corpo numa cápsula, sem frestas ou saídas, de serviços especializados, que conduzem ao auto-monitoramento do desempenho individual. Nestas circunstâncias, pode ser dito que a informatização do tempo e do espaço (relógios digitais, cronômetros dedicados e GPSs) viabiliza a instrumentalização do corpo, em seus elos ativos com a vida urbana, sendo assim gerados híbridos compostos por imagem, organismo e técnica.

Corpo e consumo

A dinâmica do capital financeiro nutre-se do imediatismo e, simultaneamente, da pré-visão, ou melhor, do adiamento do consumo, como mostram a promessa de um corpo perfeito e a oferta de uma aposentadoria segura e saudável. É o deslocamento temporal do prazer, concebido como realização do consumo, que sustenta um relevante segmento dos novos serviços e produtos financeiros relacionados à saúde e à beleza,

embalados nos cálculos da previdência privada. Ao mesmo tempo em que o paraíso, o cosmos, é trazido para o plano individual, a venda de sua imagem programa o presente, canalizando energias sociais e dirigindo a administração dos recursos disponíveis.

No presente, o corpo instrumentalizado adquire a fisionomia de um produto, correlata à redução da influência do capital industrial na condução da vida urbana. O corpo do produtor de mercadorias, cujo contraponto era o corpo protegido de qualquer esforço físico, tem sido substituído por um corpo que se constitui no objeto de trabalho de um amplo leque de especialistas, que atuam como mediadores nas relações entre corpo, imagem e lugar. O corpo-produto, hiperfragmentado pelo olhar especializado e reconstruído por técnicas da imagem, é, ao mesmo tempo, passivo, quando submetido à ideologia do ócio, e muito ativo, quando associado a ideações do indivíduo auto-controlado e eficiente. Como disse Jean Baudrillard: “Criar uma imagem consiste em ir retirando do objeto todas as suas dimensões, uma a uma: o peso, o relevo, o perfume, a profundidade, o tempo, a continuidade e, é claro, o sentido”(1997:32).

Multiplicam-se as especializações profissionais inseridas nas relações entre corpo e espaço, que procuram disputar, com o arquiteto e o urbanista, a concepção da forma perfeita. Nas duas versões do corpo-produto, passiva e ativa, pode ser reconhecida a atualização de largas orientações culturais da modernidade. Aí estão, transformadas pela divisão técnica do trabalho, a cidade-organismo e a cidade-máquina, transpostas para a figura central do capital na esfera da reprodução: o consumidor sempre insatisfeito. Em ambas versões, o corpo é um objeto, cercado de um ilimitado acervo de outros objetos e por serviços. Na elaboração deste corpo-produto, penetra-se a matéria e manipula-se a subjetividade, veiculando, junto com a sua imagem, os seletivos cenários da sua manifestação.

O corpo-produto, que é o corpo-mercadoria mais destacado da atualidade, comparece, no discurso dominante, como não-trabalho ou, no máximo, como trabalho improdutivo, como ocorre na aproximação entre “gente bonita” e a incerta categoria do executivo, tão citada na imprensa dedicada à veiculação de estilos de vida. Os cenários do corpo-produto mesclam, de preferência, lazer e consumo. Este cenários não precisam ser exclusivos, isto é, totalmente voltados para o reforço do corpo-produto. Para este corpo, é suficiente que algumas das âncoras simbólicas destes cenários sejam inscritas no espaço urbano. Nos meandros da construção destes cenários ou

pseudo cenários, magnificados pelos operadores de marketing, expande-se o poder simbólico, cuja natureza apresenta uma clara afinidade eletiva com o capital financeiro.

A afinidade entre poder simbólico e capital financeiro decorre do nível de abstração das relações sociais do qual depende a hegemonia desta fração do capital. Ao imicuir-se em todos os ângulos da produção e da reprodução social, o capital financeiro projeta a extração de mais valia e concentra o lucro. Por outro lado, o poder simbólico sustenta o consenso em torno das condições necessárias à hegemonia do capital financeiro, pela transformação de interesses privados em estilo de vida e prestígio e futuro desejável. Desta maneira, a ampliação do momento abstrato da produção da riqueza, calcada no crescimento da esfera financeira, facilita o ocultamento do trabalho que encontra-se na origem do lucro e, em conseqüência, a potência universalizante do corpo.

Afinal, o corpo, ao aglutinar impulsos vitais e normas sociais, constitui-se numa concreta demonstração da conquista ou da ausência de direitos. A sua autonomia, liberdade de movimento e plena realização informam sobre a afirmação do sujeito social, aqui considerado como sujeito corporificado (Ribeiro, 2000) – presente, soberano e ativo. A anulação do sujeito corporificado acontece, no atual período histórico, pela radicalização das desigualdades sociais, que atingem o patamar da exclusão e do extermínio, e mediante a camada de abstração que alavanca o corpo-produto e, como propôs Milton Santos (1987), o consumidor mais-que-perfeito.

A intensidade desses processos encontra-se associada à violência simbólica, conforme analisada por Pierre Bourdieu (ver Lojkine, 2002). Como afirma Emmanuel Terray:

“A violência simbólica é, antes de tudo, uma violência oculta: esta dissimulação lhe confere (...) uma eficácia específica; no seu fundo, entretanto, ela permanece sendo irredutivelmente violência. Noutras palavras, ela não constitui uma espécie distinta, autônoma e auto-substantiva de violência, que poderia se opor à violência física, ao uso brutal da força; particularmente, ela não é passível de ser utilizada de forma independente. Em sua origem (...) e em seu núcleo central, ela é e continua sendo violência física; simplesmente, esta violência física é mascarada, revestida e, logo, esquecida” (2002:12) (tradução nossa).

Os instrumentos do poder simbólico abrigam o corpo-produto, posto em descanso nos cenários da contemplação ou, no extremo oposto, acelerado pelo ativismo maquínico. Este corpo é criação e criatura da economia especulativa e da técnico-ciência. Desnudo ou envelopado, o corpo-produto é um resultado paradigmático da incorporação da cultura nos meandros da economia e um objeto em disputa no

cerne da competitividade entre lugares. Para a reflexão da vida urbana, recordamos que o corpo-produto, além de depósito do labor de especialistas, é, em si mesmo, um campo de atividades econômicas e de investimentos estratégicos realizados por atores sociais e políticos.

Cabe dizer, ainda, que o corpo esperado pelas imagens dominantes da cidade impõe-se ao habitante, o que se coaduna com a natureza do poder simbólico, que detém a capacidade de ocultar (e legitimar) todas as outras formas de poder. Como também disse Emmanuel Terray ao valorizar a violência simbólica na obra de Pierre Bourdieu: “Falando de maneira familiar, a forma é o dourado que permite engolir a pílula (...) Desta maneira, é na forma que reside a eficácia que é própria da violência simbólica; é a forma que realiza as suas tarefas específicas” (op cit, pág. 17). O corpo-produto pode ser compreendido como uma forma sedutora que se oferece como imagem, ou melhor, que se oferece para ser imagem. Assim, o corpo-produto é o “habitante” privilegiado do imaginário urbano difundido pelo pensamento dominante.

Corpo-imagem-lugar

Na face do pensamento dominante que se traduz numa espécie de modernismo cult, a fragmentação do corpo, decorrente da concorrência entre agentes econômicos e atores sociais e políticos, é ocultada em versões programadas do estilo de vida, em cuja veiculação o “habitante” assume a aparência do ser bem informado e refinado. Nestas versões, o consumidor mais-que-perfeito veste o corpo-produto condizente com os sistemas privilegiados de acesso ao crédito e com os bens e serviços personalizados. A totalidade do ser, por conseguinte, é elaborada por processos imagéticos que reforçam a seletividade e a exclusividade que orientam o padrão de vida esperado da concentração da renda.

Já na face do pensamento dominante que se traduz em promessas de inclusão social através do mercado, a fragmentação do corpo é ocultada mediante a articulação da técnica, tomada como garantia de acesso ao futuro, ao empenho individual, que inclui o extremo cuidado com a aparência e o compromisso com valores tradicionais. Nesta face, o consumidor mais-que-perfeito adia o prazer associado ao consumo, submetendo-se a treinamentos que abrirão as portas do futuro e responsabilizando-se por sua família e amigos e, quem sabe?, por sua cidade. Aqui, a totalidade do ser é

elaborada através de imagens que enfatizam a juventude “bem pensante”, o que possibilita que esta idealizada totalidade receba o reforço do pensamento conservador.

O corpo-produto, que presentifica o consumidor mais-que-perfeito, é flexível e deslocável. Este é um corpo desterritorializado e desenraizado, que “habita” lugares do não-lugar e que sintetiza investimentos dirigidos à abstração das condições materiais de vida. Ao acentuar características abstraídas da organicidade do corpo e do lugar, exerce a função de ocultar a materialidade dominante e a violência que a sustenta. Este corpo abstrato é portador de uma fragilidade intrínseca, por corresponder a agenciamentos e mecanismos de controle que dependem da subordinação quase total da experiência vivida. Aí estão, aliás, os seus limites, na medida em que tal subordinação é concretamente impossível.

Corpo-imagem-lugar demandam, em sua inconclusa dialética, a reflexão das contradições geradas por duas frentes de fenômenos característicos da modernidade radicalizada (Giddens, 1990): singularização e homogeneização. Estas contradições, individualmente sofridas, impedem que a experiência urbana seja apreendida somente através da análise crítica do capital financeiro, da economia globalizada ou do neoliberalismo. Afinal, o corpo é mais do que um produto; o lugar é mais do que um conjunto de interesses privados e a imagem, incluindo a auto-imagem, é mais do que uma foto, um cartaz ou um conceito do marketing urbano.

As relações corpo-imagem-lugar são construídas por esforços diariamente realizados, cujos resultados dependem do realismo do senso comum. Na mesma direção, deve ser dito que estas relações resultam dos investimentos de numerosas instituições sociais atuantes na vida cotidiana. Antes, as relações corpo-imagem-cidade receberam a influência das ordens emanadas do Estado, da Igreja Católica e das ciências acionadas na administração da evolução urbana: medicina, engenharia, urbanismo. Hoje, estas relações são concebidas, também, por uma plêiade de instituições envolvidas na atualização da super-estrutura (ver Macchiocchi, op cit), incluindo as responsáveis pela mercantilização da cultura e as que expressam as lutas pela afirmação de identidades sociais estigmatizadas em períodos históricos anteriores.

As forças estruturantes do presente manifestam a macrotendência à racionalização da vida social, correspondente à ocidentalização do mundo (Latouche, 1996). Esta macrotendência pode ser reconhecida, por exemplo, nas feiras internacionais de cultura, que reúnem os acervos de qualquer origem em cenários construídos para os negócios. Nestes eventos, a coisa (objeto ou, talvez, ritual

esotérico) apresenta-se junto com a sua utilidade, produzindo um estranho, e até mesmo surpreendente, encantamento desencantado. É o desencantamento, inerente a estas iniciativas, que sustenta, atualmente, a aposta na superação das formas dominantes de controle das relações corpo-imagem-lugar. As forças vivas do presente podem acelerar este esgotamento e, assim, resistir à abstração que impede a defesa de formas alternativas de apropriação e usufruto do espaço herdado.

Manipulação do corpo

Frente à inescapável consciência do esperado consumo definitivo do corpo, o consumidor mais-que-perfeito recebe sedutores convites. Um destes convites oferece controle do tempo, a eterna juventude, e, o outro, oferece a condensação de todos os tempos, como exemplifica a propaganda que tem por objetivo a entrada da infância no mercado consumidor. Estes convites pressupõem a colagem de mensagens em corpos produzidos para esta função. É suficiente citar, neste sentido, o crescimento da cirurgia estética. Esta especialidade, cujos profissionais são cada vez mais numerosos, dialoga, mesmo que apenas indiretamente, com a arquitetura e o urbanismo, já que interfere na concepção do belo. Existem virtuais influências mútuas, a serem sistematizadas pelo pensamento crítico, entre o corpo-produto e os volumes concebidos para o seu conforto e exibição.

O corpo-produto apresenta-se, preferencialmente, em espaços vazios e nas transparências que possibilitam a sua inclusão na montagem de cenários que demandam movimento; nas praças desnudas, que obrigam à exposição dos usuários; nos elevadores e escadas que, também transparentes, propõem a aproximação imagética entre corpo e manequim, ambos disponibilizados para a mercadoria ou para atitudes lidas como indicativas de civilidade. Há, sem dúvida, uma pedagogia implícita nas escolhas formais, cujas diretrizes contribuem para a veiculação da ordem urbana concebida pelo pensamento dominante.

A reflexão das relações corpo-imagem-lugar, em conexão com os objetos urbanos, permite destacar duas formas de manipulação do corpo. A primeira emergiu recentemente, na cena pública, como doença e morte. Com a anorexia, a trabalhadora da indústria da imagem é levada, no extremo, à anulação do próprio corpo, acelerando o seu consumo e destruição. Vejamos a definição de anorexia do Dicionário Houaiss:

“Falta ou perda de apetite. Quadro mórbido em que o indivíduo diminui a quantidade de alimentos ingeridos, frequentemente eliminando aqueles ricos em calorias, por meio de uma dieta rígida auto-imposta, que alterna com bulimia, vômitos e purgativos”.

Na aparência da modelo, desaparece o trabalho; sendo preservada, apenas, a imagem evanescente da moda, em sua transitoriedade e fugacidade. Os movimentos maquínicos da modelo, que caminha decidida nas passarelas mundiais, oferecem a mescla perfeita do instrumento e do “suporte” da criação e da mercadoria. Este ser “suporte” corresponde a uma das presenças mais desejadas nos espaços frágeis e translúcidos da última modernidade; aquela que procura esquecer as suas raízes, tão pesadas e profundas, e os seus compromissos com a matéria.

Nesta forma de manipulação, que reifica a forma e esquece o orgânico, encontramos tanto a exploração da força de trabalho, que assume a fisionomia da fragilidade, quanto a emissão de contundentes orientações para a juventude, que é estimulada a se tornar rígida e auto-monitorada, como exemplifica o caso de Medellín, cidade pólo da moda na Colômbia. A Prefeitura desta cidade precisou desenvolver uma campanha de saúde pública contra a anorexia e pelo reconhecimento da beleza do corpo “como ele é”, vigoroso e pleno. Afinal, a cidade de Botero deve ter salvação...

Através da citação dessa manipulação, também pode ser interrogado o controle do sobrelucro em setores da economia que conjugam corpo, informação, imagem, mídia e marketing, tais como o esporte e a moda. A exploração do corpo encontra-se relacionada, nestes setores, à espetacular concentração financeira em alguns personagens – reais pontas de lança simbólicas de vastos investimentos financeiros – transformados em celebridades. Esta mesma concentração acontece na denominada guerra de lugares. A cidade projetada na escala mundial transforma-se no locus privilegiado para a cooperação entre frações do capital, alicerçada em farto arcabouço simbólico.

Nas articulações corpo-lugar geridas pelo capital financeiro, vigoram as regras da concentração do lucro e da renda, em sua capacidade de fazer desaparecer a maioria, aprisionada no crédito e na dívida. Com estas regras, práticas programadas constróem cisões entre os incluídos e os excluídos dos palcos iluminados pela veloz roda da dinâmica financeira. Afinal, über é über... Nestas condições, ilhas metafóricas e concretas protegem os muitíssimo poucos. Palcos, palácios, spas e passarelas são lugares do não-lugar, que puxam os fios do enriquecimento e da fama.

A segunda forma de manipulação do corpo apresenta-se como oposta à primeira. Aqui, surge o elogio do corpo exuberante, crivado de próteses e de acréscimos de matéria. Em vez do esmaecimento, temos redundância, alargamento artificial de músculos ou de outros elementos do corpo. Não mais a leveza do ser; mas, o seu transbordamento. O chamado dirigido aos espíritos valoriza a capacidade de auto-elaboração do corpo, exibido como concentração de investimentos em si mesmo. O corpo-produto incorpora símbolos e signos: potência, sexualidade, o “gostar de si”. O elogio ao artifício predomina nesta segunda forma de manipulação do corpo, como mostram as matérias das revistas semanais em que o dono do corpo-produto é retratado junto com o seu produtor: cirurgião plástico, dermatologista, preparador físico, esteticista.

Diferentemente da primeira forma de manipulação, que reelabora o lânguido corpo das elites até a sua destruição, o corpo-produto dessa segunda forma de manipulação individualiza a apropriação industrial da natureza, num intenso esforço de criação de interfaces entre o orgânico e a técnica. A anulação do corpo, da primeira forma de manipulação, é substituída pela aberta exposição da matéria refeita por intervenções que magnificam a natureza humana. Para este corpo-produto, o cenário preferencial é o das estruturas aparentes, dos grandes condutos com cores berrantes, dos cabos estendidos que sustentam inúteis marquises e plataformas.

Entre essas duas formas de manipulação do corpo, estão os tipos sociais do pseudo atleta e da pseudo modelo, que se reproduzem no cotidiano urbano, padronizando a juventude e a velhice. Descontextualizados e cenarizados, estes tipos correspondem à massificação do consumo e a parâmetros comportamentais emitidos pelas formas predominantes de manipulação do corpo. A adesão a estes tipos sociais acontece pela aquisição de produtos da indústria da moda, cujos extensores chegam às feiras populares, e de produtos industrializados dedicados ao tratamento da aparência, o que inclui os aparelhos domésticos para o exercício do corpo e a química do embelezamento.

Esta transformação no cotidiano urbano demanda novos objetos, novos espaços. Por seu caráter massificado, facilita a concepção de projetos voltados para a requalificação de espaços públicos. Os seus símbolos favorecem o empreendedorismo, colando-se a intervenções urbanas que resultam da combinação de iniciativas públicas e privadas: atualização de históricas praças, oferta de lugares para eventos, pistas de atletismo, ruas fechadas, áreas exclusivas. Com estas intervenções, as relações corpo-

imagem-lugar podem ser ajustadas à promoção imobiliária. No âmbito da habitação, o corpo-produto é trazido para o conceito do seu abrigo, justificando a apropriação privada de grandes espaços livres e a parcela do lucro destinada aos responsáveis pela administração do ambiente construído.

Violências

O destaque da forma introduz novos riscos na experiência urbana. Estes riscos referem-se à subordinação da ação espontânea à programação comandada pelos que dominam a informação e a comunicação. Nesta ambiência, a morfologia urbana inclui a codificação de comportamentos. Ensaia-se, desta maneira, o controle da subjetividade, sem poupar as fronteiras institucionais entre espaço público e espaço privado. Promete-se a plena apropriação do corpo, em seus encaixes no ambiente construído. Porém, os mediadores desta apropriação introduzem, continuamente, novas distâncias sociais e condicionantes espaciais entre o desejo e a sua satisfação.

Esta satisfação não pode ser alcançada exatamente porque o excesso de racionalização posterga a descoberta dos próprios desígnios. A intervenção nas relações corpo-imagem-lugar tende a monitorar a experiência urbana e a articulá-la a rotinas que interessam à indústria da imagem, à promoção imobiliária e, também, à indústria farmacêutica. Acontecem, por este caminho, tentativas de padronização do imaginário urbano, que pressionam a busca por novos conteúdos para a urbanidade. Em conseqüência, surgiram, nas últimas décadas, bloqueios à empatia na dor, na doença, no vício e na morte. A manipulação estratégica da forma fragiliza a apreensão da totalidade, acentuando o arbitrário que distingue o poder simbólico das outras espécies de poder. Retornando ao artigo antes citado sobre a obra de Pierre Bourdieu: “violência física e violência simbólica são a frente o verso de uma mesma moeda; por esta razão, demandam o mesmo tratamento” (Terray, op cit, pág. 15) (tradução nossa).

Nestas circunstâncias, o corpo individual, retrabalhado em ambientes controlados, predomina sobre o corpo universal, que poderia conduzir à solidariedade e à fraternidade entre segmentos sociais e pessoas. Nesta mesma direção, ousamos dizer que o corpo-produto, por corresponder ao tipo de individualismo da última modernidade, encontra o seu nicho na arquitetura de griffe. Nesta arquitetura, o novo padrão luta contra o mimetismo, em meio à guerra dos lugares e à concentração da

riqueza. Em todas essas dimensões do lugar-corpo-imagem, a violência simbólica reúne o corpo ao monumento, controlando a ação.

Alguns destas dimensões são reconhecíveis em manifestações pela paz que se repetem nas metrópoles brasileiras e de outros países. Vejamos alguns exemplos do Rio de Janeiro:

- (1) – Numa notícia intitulada “Marretadas para construir a paz”, O Globo comunicou a destruição de armas ocorrida com a participação de 41 mil evangélicos liderados pelo Governador Anthony Garotinho.

Esta manifestação recorda outras similares em que a violência é diretamente reduzida ao seu instrumento. Também lembra muitas manifestações que associam paz e segurança, sob a égide da religião. Ocorre, por este caminho, uma concorrência, deslocada para o território dos símbolos, entre os defensores da paz. Nestes eventos, a inconclusa dialética corpo-imagem-lugar é absorvida na simbologia da inocência dos que crêm, afastando-os dos incréus, que passam a viver a possibilidade de que o seu corpo, descontextualizado, seja reconhecido como portador da violência contra a “sociedade”.

- (2) – Uma série de outras notícias, veiculadas pelo O Globo, entre 1999 e 2000, registra atos públicos pela paz e contra a violência em Niterói e no Rio de Janeiro, envolvendo diferentes processos de organização.

Nestas manifestações, o fato deflagrador foi a morte de uma pessoa da classe média em lugares seletivos. A paz, nestes casos, traduz-se em segurança para alguns segmentos sociais, a ser garantida pela ação policial, por vigilância, controle e repressão. Em (1) e (2), é possível observar que a paz pela qual se clama encontra seu fundamento na associação entre violência e guerra e, entre paz e segurança armada. O lado do “bem”, daquele que deseja a paz, só pode alcançar a vitória através de garantias militares que forcem a própria paz ao outro. Desta concepção de paz, desaparecem a negociação e a possibilidade de um “armistício”. Nesta elaboração das relações corpo-imagem-lugar, o Estado é reduzido às suas funções coercitivas.

Com o compartilhamento das tarefas pela paz entre Estado e igrejas são produzidas as condições necessárias para que o gesto substitua a palavra – já que esta encontra-se estabelecida na lei terrena e divina – e para que o encontro entre o sagrado e o profano aconteça no limiar construído pela violência legítima. Numa conjuntura marcada pela racionalização da vida, a ressacralização do medo é oferecida como um

caminho para o reforço de leituras principalistas da experiência urbana. Por este caminho, despolitiza-se a violência, que passa a ser identificada, apenas, no último gesto violento e, finalmente, na própria arma.

Nestas circunstâncias, a pomba da paz tem sido trocada por arranjos das relações entre corpo-imagem-lugar. Corpos vestidos de branco, corpos estendidos que representam os mortos, velas, rosas brancas, som de sinos, abraços em áreas onde ocorreram mortes violentas, missas abertas, passeatas que se aproximam de procissões, leituras da Bíblia, crianças que rezam em frente a prédios da administração pública, destruição de armas de brinquedo. Novos espaços praticados ou os mesmos espaços praticados?

- (3) – numa outra frente de manifestações, estão as que preservam a luta pela garantia dos direitos humanos.

Nestas manifestações, a reivindicação não encontra-se dirigida de forma preponderante à paz e, sim, à justiça. Trata-se de posicionamentos contra a violência do Estado, a discriminação social e os grupos de extermínio. Estas manifestações não apelam ao divino; mas, ao direito fundamental à vida. São, portanto, manifestações políticas que também procuram ressacralizar a experiência coletiva; mas, através da negociação de pactos sociais que assegurem a vivência compartilhada de direitos. Estas ações incluem lugares da experiência popular da cidade, sendo assim reduzida a influência da abstração que caracteriza outras manifestações. Talvez este fato explique a sua menor ressonância na mídia, a não ser quando o ato inclui a representação, já institucionalizada, da violência: queima de pneus, carros virados, interrupção do tráfego.

- (4) – outros registros informam que a paz também entrou na moda, em ressonância com investimentos simbólicos feitos por manifestantes que recorrem à estetização da ação social.

Um exemplo, nesta direção, é oferecido pelo jornal O Dia (27/6/03), com a matéria “Noivas e rosas contra a violência”. Nesta “manifestação”, cinquenta modelos vestidas de noiva pediram paz, distribuindo rosas ao som de violinos nas calçadas do Leblon, bairro de elite do Rio de Janeiro. O “Manifesto das noivas pela paz” fez parte da divulgação do Salão da Noiva, evento programado para acontecer no Sheraton Hotel. Esta notícia pode ser integrada a outras, referidas à rede urbana do Estado do Rio de Janeiro. Por exemplo, em matéria também do jornal O Dia (19/7/03), um comerciante

comenta um crime ocorrido em Búzios e os protestos que o acompanharam. “Este crime prejudica Búzios, que sempre acolhe tão bem os turistas”.

Indubtavelmente, os atos pela paz ainda carecem de suportes simbólicos e encaminhamentos políticos que resistam à sua absorção pela lógica do espetáculo, que sorve energias e produz o isolamento da forma frente ao conteúdo. Com este isolamento, reproduz-se uma teatralização da dor na cena urbana que bloqueia a politização da emoção. A plasticidade, exigida pela cena midiática, pesa sobre os atores sociais, facilitando a redução da força do seu gesto e de sua palavra.

A paz expressa, de imediato, a negação do presente, sem que o futuro consiga ultrapassar, com facilidade, o presente amplificado. Concebida nesta temporalidade, a paz apóia-se no medo, que permanece sem tratamento institucional ou verbalização na vida cotidiana. Aliás, quem são realmente os pacificadores? Como meta fechada em si mesma, a paz tende a impedir a plena veiculação do sentido da ação, fazendo com que torne-se impossível transcender o isolamento e a incomunicabilidade do sofrimento. A hipervisibilidade, que acompanha freqüentemente o ato pela paz, carrega a ameaça da rotinização do gesto. De forma complementar, a ausência de visibilidade em mobilizações por justiça também conduz à rotinização do gesto, à exclusão social e ao preconceito.

Concluindo

O rápido registro anterior de atos pela paz e por justiça permite o retorno a momentos iniciais deste texto. O gesto de protesto e os conflitos sociais sofrem a interferência da cidade que espelha a hegemonia do capital financeiro, apoiada pelos que concentram poder simbólico. Esta cidade é portadora de elevados níveis de violência, incluindo a que sustenta a versão dominante de ordem urbana. A violência – naturalizada pelo uso corrente da noção de violência urbana – inscreve-se nas relações corpo-imagem-lugar, permitindo que a acumulação urbana apóie-se na acumulação primitiva de capital simbólico (Ribeiro, 2006).

O corpo-produto, oriundo de investimentos financeiros e profissionais, projeta-se como um epifenômeno sobre o habitante, procurando administrar a subjetividade e orientar a percepção do ambiente construído. O corpo e a sua imagem são, portanto, atraídos para um imaginário urbano orientado pelo individualismo e pelo consumismo. Esta atração depende do ajuste do corpo a doses elevadas de orientações mercantis.

Como disse Loïc Wacquant, também refletindo o conceito de violência simbólica proposto por Pierre Bourdieu:

“(...) a dominação cultural funciona – ou, para utilizar a terminologia gramsciniana, a hegemonia é fabricada – *abaixo do nível da consciência e do discurso*, notadamente através do corpo que funciona como um ‘operador analógico’ conferindo à prática (e à dominação de classe) sua característica sistemática, auto-reprodutora e automática” (2002:34) (grifo no original) (tradução nossa).

Este corpo-produto é a criatura de disciplinas comprometidas com a elaboração da forma. Estas disciplinas desafiam a arquitetura e o urbanismo no que concerne à preservação de sua autonomia reflexiva e do seu histórico compromisso com o humanismo. Os termos destes desafios, e das armas financeiras que os acompanham, estão expostos, com nitidez, nas tentativas de subordinação do corpo universal às demandas do corpo-produto. Até que ponto? Até quando? Pensamos que a busca de respostas a estas perguntas pode ajudar a descoberta de racionalidades alternativas no cerne das relações corpo-imagem-lugar, libertando o gesto e a palavra da resistência do envólucro conservador que procura contê-los, controlando o seu sentido.

Ana Clara Torres Ribeiro é socióloga, professora doutora do IPPUR/UFRJ e pesquisadora do CNPq e da FAPERJ.

Referências bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean – 1997 – *A arte da desapareção*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ / N-Imagem.

GAADNER, Jostein – 1997 – *Vita Brevis: a carta de Flória Emília para Aurélio Agostinho*, São Paulo, Companhia das Letras.

GIDDENS, Anthony – 1990 – *The consequences of modernity*, Stanford, Stanford University Press.

LATOUCHE, Serge – 1996 – *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*, Petrópolis, Vozes, 2ª ed.

LOJKINE, Jean (org) – 2002 – *Les sociologies critiques du capitalisme: en hommage à Pierre Bourdieu*, Paris, Presses Universitaires de France.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta – 1976 – *A favor de Gramsci*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MARRAMAO, Giacomo – 1997 – *Céu e Terra: genealogia da secularização*, São Paulo, UNESP.

RIBEIRO, Ana Clara Torres – 2000 – “Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia” in *Revista Brasileira de Educação Médica*, V. 24, N.1., jan./abr.

RIBEIRO, Ana Clara Torres – 2006 – “A acumulação primitiva de capital simbólico” In Henri Pierre Jeudy e Paola Berenstein Jacques (org.) *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*, Salvador, EDUFBA,PPG-AU/FAUFBA.

SANTOS, Milton – 1987 – *O espaço do cidadão*, São Paulo, Nobel.

TERRAY, Emmanuel – 2002 – “*Réflexions sur la violence symbolique*” in Jean Lojkine (org.) *Les sociologies critiques du capitalisme: en hommage à Pierre Bourdieu*, Paris, Presses Universitaires de France.

WACQUANT, Loïc – 2002 – “*De l’ideologie à la violence symbolique: culture, classe et conscience chez Marx et Bourdieu*” in Jean Lojkine (org.) *Les sociologies critiques du capitalisme: en hommage à Pierre Bourdieu*, Paris, Presses Universitaires de France.